HISTÓRIA SECRETA

Os desaparecidos, uma questão que vai persistir

(Conclusão da pág. 6)

Uma das questões mais sérias surgidas nesse período e que certamente será a que maiores sequelas deixará, junto com a tortura a presos políticos, é a das quase cem pessoas desaparecidas, ou seja, que num determinado momento, cortaram definitivamente o contato com amigos, parentes e companheiros de atuação política. As organizações de defesa dos direitos humanos no Brasil sistematicamente publicam a relação dos desaparecidos. A última lista, divulgada pelo Comitê Brasileiro pela Anistia, relaciona 56 desaparecidos entre janeiro de 1970 e setembro de 1975, e há mais casos em investigação. Inúmeros depoimentos atestam a presença dessas pessoas em dependências dos órgãos de segurança, mas, oficialmente, o governo brasileiro nega-se sistematicamente a confirmar o fato.

As forças de segurança — lembram as fontes militares — são acusadas por essas organizações e pelos familiares dos desaparecidos de terem eliminado essas pessoas durante interrogatório ou em ações que tinham o objetivo de eliminá-las. Os relatos contam como agentes diziam a presos que seus companheiros haviam ingressado na "Vanguarda Popular Celestial". No Rio, há denúncias de que seus corpos teriam sido atirados ao mar.

A busca de informações a esse respeito esbarra, naturalmente, no caráter secreto dos organismos que atuaram mais de perto no combate às organizações terroristas. Mas, na conversa informal, consegue-se saber que alguns presos "foram feitos" ou "subiram", sem que o fato viesse a público. As mesmas fontes confirmam que a frase "Ingressou na Vanguarda Popular Celestial" era uma classificação dada aos mortos.

As fontes consultadas dão algumas alternativas para os desaparecimentos e há informações em poder dos órgãos de segurança que conflitam frontalmente com as em poder das entidades de defesa dos direitos humanos. De acordo com dois generais, atualmente na reserva, que participaram da luta antiterrorista, as explicações que se podem dar aos desaparecimentos são estas:

1 — "justiçamento" — Algumas das pessoas desaparecidas teriam sido executadas por suas próprias organizações por alguma falta grave. Essas organizações, então, jogariam a culpa nos órgãos de segurança, mas não foi fornecido um único exemplo ou dito que se tenha notícia disso.

2 — "desestruturamento" — Alguns desaparecidos teriam ficado tão desestruturados, emocionalmente com a agressividade tomada pela luta que simplesmente romperam contato com todos — em alguns casos, inclusive, de acordo com essas fontes, as famílias falam que seu parente está desaparecido mas até o ajudaram a viajar para o exterior. Um dos generais citou o caso de um pai que chegou a informar aos órgãos de segurança que enviara seu filho para os Estados Unidos.

3 — "infiltração desativada" — Algumas infiltrações nas organizações terroristas teriam se tornado desnecessárias ou já estavam prestes a serem detectadas. Por isso, tinham que ser desativadas. Faziam operações plásticas, recebiam documentação falsa e iniciavam vida nova. Um oficial que atuou em função de comando na luta diz que, às vezes, sente vontade de rir quando vê as listas de desaparecidos "porque lá estão algumas das mais importantes infiltrações". ssas infiltrações desativa passariam a trabalhar na seção de análise das agências de informação que as empregaram.

4 — "mortos não assumidos" — Nenhuma das fontes consultadas admitiu uma ação premeditada no sentido de executar presos, dizendo que, no máximo, o que poderia haver seriam "acidentes de trabalho", que culminavam com a morte do preso em circunstâncias que a agência preferia não assumir. No entanto, algum escalão superior teria que dar a instrução decisiva para que "aquele preso subisse sem publicidade".

Além disso, como as informações conseguidas sobre a ação das forças de segurança abrangem mais de perto o período que vai até 1973, as fontes admitiram a possibilidade de que muitos presos por alguma agência de inteligência de nível ministerial poderiam passar até anos em aparelhos clandestinos ou nas secções de análises dessas agências até que se obtivesse alguma informação mais concreta sobre "se subiram ou não". Há um caso na lista do CBA que reforça essa informação.

Edgard Aquino Duarte, ex-fuzileiro naval, visto por seus companheiros no DOPS-SP em 1973, relatou ontem que desde 1971 peregrinou por várias prisões clandestinas dos órgãos de segurança. Dias depois, foi novamente retirado do convívio dos colegas e desapareceu até hoje.

As duas fontes que mais diretamente contribuíram para este esclarecimento do ocorrido na época, falam que os locais que certamente terão o destino de todos esses desaparecidos são os arquivos dos órgãos de segurança, em especial o "necrotério", parte dos arquivos onde estão as fichas dos combatentes que morreram no decorrer da guerra.

Nele estão, não só as fichas dos guerrilheiros mortos oficialmente em combate como também "os que foram feitos clandestinamente". Essas mortes, apesar de não terem caráter oficial, eram sempre circuladas pelo "correio extra-oficial" especialmente quando, por pressão das famílias, alguma autoridade de segurança fazia consulta às diversas agências procurando algum preso. Não havia detalhes, mas a informação vinha: "O major Cerveira foi feito em Foz do Iguaçu junto com outros". Essa informação circulou na época dando conta da morte do ex-major Joaquim Pires Cerveira que as organizações de defesa dos direitos humanos dão como tendo sido sequestrado em Buenos Aires em dezembro de 1973 junto com o estudante João Batista de Rita Pereda, por policiais brasileiros.

Uma dessas fontes explica que a notícia que circulou na época foi a de que o major Cerveira teria sido morto, junto com outros guerrilheiros quando se preparava para cruzar a fronteira da Argentina com o Brasil. Mas ela admite a possibilidade de uma ação em combinação com os órgãos de segurança argentinos, em especial, se a agência que montou a ação tivesse desde logo "a intenção de fazer o Cerveira". Nessas circunstâncias, as autoridades argentinas preferiram que a ação não se concretizasse em seu território e apenas colaboraram na prisão do major, dizem os informantes.

A ficha do major Cerveira foi para o "necrotério", mas a do estudante João Batistade Rita Pereda, não. A fonte explica que "a agência pode não tê-lo considerado importante a ponto de mandar seu nome para o correio, porque a informação da época era a de que "o Cerveira não subiu sozinho". O general explica inclusive que o caso de João Batista de Rita Pereda não é o único de seu conhecimento, já que em 1972 ocorreu a mesma coisa com o engenheiro Paulo Costa Ribeiro Bastos, desaparecido desde junho de 1972.

O confronto entre a lista de desaparecidos divulgada pelo Comitê Brasileiro pela Anistia e as anotações de uma das fontes, colhidas dos arquivos de um dos órgãos de combate à luta armada em fins de 1973, mostra algumas contradições gritantes, algumas dúvidas e 13 confirmações.

A fonte contesta, inicialmente, o primeiro nome da lista do CBA, o estudante Antônio dos Três Reis Oliveira, dado como desaparecido, em São Paulo, em maio de 1970. Segundo ele, os informes em poder dos órgãos de segurança, em fins de 1973 o davam como integrante do GTA (Grupo Tático A) da ALN junto com Manoel Cirilo, Guloman Silva Lopes, Maria Aparecida dos Santos, Carlos Schneidermann, José Edésio Brianez e dois outros conhecidos apenas pelos cognomes de "Samuel" e "Alberto". Ele considera difícil que "houvesse um informe atual, na época é claro, o dando como atuante se ele tivesse sido feito ou mesmo preso clandestinamente".

O caso do ex-deputado Rubem Paiva é particular, diz a fonte. Sua ficha está no "necrotério" do órgão, mesmo sem haver notícias do "correio" porque, de acordo com a fonte consultada, "ninguém na comunidade ficou convencido com o inquérito". Mas havia 13 outros nomes da atual lista dos desaparecidos que "certamente subiram até 1973, porque as fichas estavam no "necrotério" a partir de informações do correio".

OS "FEITOS"

Estes são os nomes das pessoas cujas fichas estavam no "necrotério" de um órgão de segurança em dezembro de 1973 e que são dadas como desaparecidas pelas famílias e pelas organizações de defesa dos direitos humanos, de acordo com as informações colhidas junto a um oficial que afluo em função de comando na época:

1 — Jorge Leal Gonçalves Pereira: de acordo com o CBA, foi preso no Rio no dia 20 de outubro de 1970.

2 — Mário Alves de Souza Vieira — Há três testemunhas oculares de sua prisão no dia 16 de janeiro de 1970, no DOI-CODI, do Rio.

3 — Rui Carlos Vieira Berbet — Seu desaparecimento ainda está em investigação e por isso seu nome não consta das listas do CBA.

4 — Virgilio Gomes da Silva — A lista do CBA o dá como preso no dia 29 de setembro de 1969. De acordo com a fonte, sua ficha o dava como morto em combate, com ampla publicidade.

5 — Ayiton Adalberto Mortati — O CBA o dá como preso em São Paulo no dia 4 de novembro de 1971.

6 — Félix Escobar — na lista do CBA está como preso em outubro de 1971.

7 — Paulo César Botelho Massa — Sua família e o CBA têm informações de sua prisão em 30 de janeiro de 1972.

8 — Sérgio Landulfo Furtado — Foi preso junto com Paulo Costa Ribeiro Bastos em junho de 1972.

9 — Stuart Edgard Angel Jones — De acordo com denúncia de Alex Polari de Alverga, foi supliciado e morto nas dependências do Cisa no dia 14 de maio de 1971.

10 — Joaquim Pires Cerveira — há testemunhas de sua prisão em Buenos Aires em dezembro de 1973, junto com João Batista Rita Pereda. Nota do ministro Armando Falcão em 1975, o classifica como foragido.

11 — Iais Dias de Oliveira — Nota do ministro Falcão de 1975 a considera foragida. De acordo com os dados disponíveis por seus familiares foi presa, no Rio, junto com Paulo César Botelho Massa.

12 — Ramires Maranhão do Valle — A fonte o dá como morto na explosão de um carro no bairro carioca do Grajau.

13 — Thomas Antônio da Silva Meireles Neto — apesar da denúncia de sua prisão datar de maio de 1974, a informação de sua morte chegou por um canal oficioso a uma das fontes consultadas.

Um sistema com mais de 200 mil agentes

A comunidade de informações deve mobilizar hoje em torno de 200 mil pessoas, numa série infinita de agentes, informantes fixos ou esporádicos, pessoal administrativo e equipes de ação ostensiva. O número exato dos que operam nesse setor é reservado, da mesma forma que as verbas empregadas para manter a segurançça interna figuram nos orçamentos militares ocultas sob outras designações.

O organograma do sistema de segurança interna, entretanto, já foi revelado, trazendo no seu topo o SNI — Serviço Nacional de Informações, cujo cliente constitucional é o presidente da República. Funcionando como um banco de dados, o SNI recebe as informações produzidas pelas diferentes agências, distribuídas em 16 órgãos especializados nesse trabalho. Esse banco de dados, segundo se informa, guardava em 1973, cerca de 80 mil fichas nominais. Esse número hoje seria de 200 mil fichas que abrangem desde terroristas até pessoas que possam simpatizar, a nível intelectual, com idéias marxistas.

Além de fornecer informações estratégicas para a Presidência da República, o SNI produz relatórios diários elaborados pelos analistas de informações com base no noticiário dos jornais e que são enviados a todos os órgãos de cúpula do governo. Em casos muito especiais, dependendo da missão em pauta de uma determinada agência de informações, os arquivos do SNI podem ceder alguns dados úteis às investigações. "Essa extrema austeridade de trabalho, porém, foi quebrada em alguns momentos da luta armada, sobretudo no início, quando agentes seus chegaram a operar diretamente nas ações, conforme informação de um militar que acompanhou sua implantação."

A sede do SNI é no Palácio do Planalto, de onde ele coordena os trabalhos da Agência Central, também em Brasília; das demais agências estaduais, instaladas nas capitais; e, das agências setoriais: CIE — Centro de Informações do Exército, Cisa-Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica; Cenimar-Centro de Informações da Marinha; CIEX-Centro de Informações do Ministério das Relações Exteriores, órgãos ligados aos gabinetes dos ministros respectivos. Ainda são subordinadas ao SNI, as DSI-Divisões de Segurança Interna, instaladas nos Ministérios civis e as ASI-Assessorias de Segurança Interna, que funcionam nas autarquias e sociedades de economia mista.

Todos esses órgãos — explicam fontes militares — se unem apenas pelo objetivo comum, estabelecido na Doutrina de Segurança Nacional e especificado no Plano de Segurança Interna, detalhado ainda no Manual de Segurança das Forças Armadas, elaborado por uma comissão do Estado-Maior das Forças Armadas. Fora isso, são órgãos autônomos, paralelos, sem manter entre si uma colaboração oficial, acrescentam.

A violência empregada foi desproporcional

Assim foi a fase da luta direta, cuja violência chega, em algumas análises, a ser considerada como "covardia" já que "confrontava profissionais de serviço secreto com jovens, dispostos e idealistas, mas absolutamente amadores nas práticas terroristas e clandestinas", conforme uma fonte. Os oficiais que aceitaram falar sobre esta época, "mais com o sentido de fazer história do que colocar alguém em julgamento", dizem que esse amadorismo "chegou às raias do despreparo total para o antiterror que se abateu sobre eles". Por isso alguns deles chegam a dizer que a violência empregada pelas forças de segurança foi desproporcional em relação às necessidades, tal a fragilidade das organizações clandestinas de esquerda.

Todos eles, entretanto, concordam que, apesar da violência, a luta foi absolutamente vitoriosa e, pelo menos no momento, nenhuma organização que atuou na época tem condições operacionais para voltar a agir. Além disso, um dos generais, que se dispôs a falar, informa que "a esquerda de fogo parou para pensar e viu que não havia a menor condição de enfrentamento armado entre eles e as Forças Armadas, já que nem serviço de informações eles tinham".

Este oficial, inclusive, acredita que a maioria dos quadros daesquerda armada brasileira "está voltando ao seio de Abraão", ou seja, reingressando no PCB, organização original que condena a ação armada. No seu entender, a nova fase da luta agora é puramente política e, por isso, "não cabe mais a ação militar das Forças Armadas porque o problema agora é com os políticos".

Caso a esquerda armada tente voltar a agir, todos acreditam que as Forças Armadas terão condições de, mais uma vez, derrotá-las.

Duas são as razões para esse otimismo — dizem os informantes. A primeira é que as Forças Armadas que, com a fracassada experiência armada de 1935, por parte do PCB, "haviam se vacinado contra o comunismo, reforçaram seu conservadorismo com a guerrilha a partir de 1968". Além disso, todo o arcabouço desse vasto esquema de segurança continua montado e agindo para aumentar o volume de informações, usando escritórios e casas de aparência normal para as atividades secretas, tentando infiltrar novos agentes e contactando as antigas infiltrações.

A segunda razão é a de que "as forças de segurança estão certas de que as organizações que não aceitarem a linha pacifista e de pura ação política do PCB continuam com o mesmo germe que as colocou em posição de absoluta inferioridade em relação aos órgãos de segurança e facilitou grandemente a infiltração de agentes secretos: a tendência à pulverização, que levou os órgãos de segurança, em determinado momento, a possuírem um gráfico com mais de 60 organizações da esquerda clandestina, algumas delas, apesar do caráter nacional, com apenas sete membros".

Uma rápida pincelada nessa sequência de dissidências, "rachas" estes de inteiro conhecimento do sistema de informações, oferece o seguinte quadro: o Partido Comunista Brasileiro, gera o Partido Comunista do Brasil; depois aparece a ALN — Aliança Libertadora Nacional; o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário; a Vanguarda Popular Revolucionária. Paralelamente vinha se formando a AP — Ação Popular, tronco ligado aos movimentos de juventude católica, que gera a AP Marxista-Leninista, que se junta ao Partido Comunista do Brasil (PC do B). Há ainda o MOLIPO, dessidência da ALN, como também o era o MR-8.

Num momento uniram-se COLINA, que era resultado da união de uma dissidência da POLOP do Rio e outra dissidência da POLOP de Minas, e a VPR — Vanguarda Popular Revolucionária (Rio), gerando a VAR (1969). Em dezembro do mesmo ano a VAR gera outro grupo, VPR. O que resta da VAR torna a se dividir em VAR e DVP. Nova divisão e resta VAR e DIVAR e assim, sucessivamente, quase ao infinito.

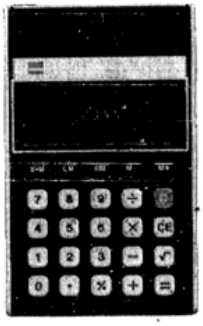
Quem tem medo da matemática!

SHARP

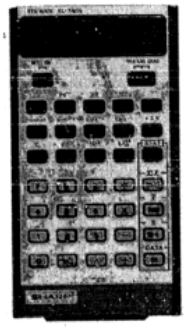
Na verdade só uma calculadora eletrônica oferece absoluta segurança.
E, afinal porque correr riscos nos estudos, no trabalho ou nos orçamentos domésticos, se a Sharp está aí, com modelos para todos os fins e pelos melhores preços.

Produtos da Zona Franca de Manaus

EL-8130



EL-8131



EL-5805

EL-206 - (Lançamento 1979)